

## ANEXO ÀS CONTAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO:

#### 1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

**Identificação:** INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, IP

**Endereço:** Rua Rodrigo da Fonseca, nº 55 1250- 190 Lisboa

**Tutela:** Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

**Regime Jurídico:** Instituto Público

**Regime Financeiro:** Autonomia Financeira e Administrativa e Património próprio

**Período abrangido pelas demonstrações financeiras:** 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., abreviadamente designado IPDJ, I. P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio – Decreto Lei nº98/2011(revisto pelo Decreto Lei 132/2014).

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

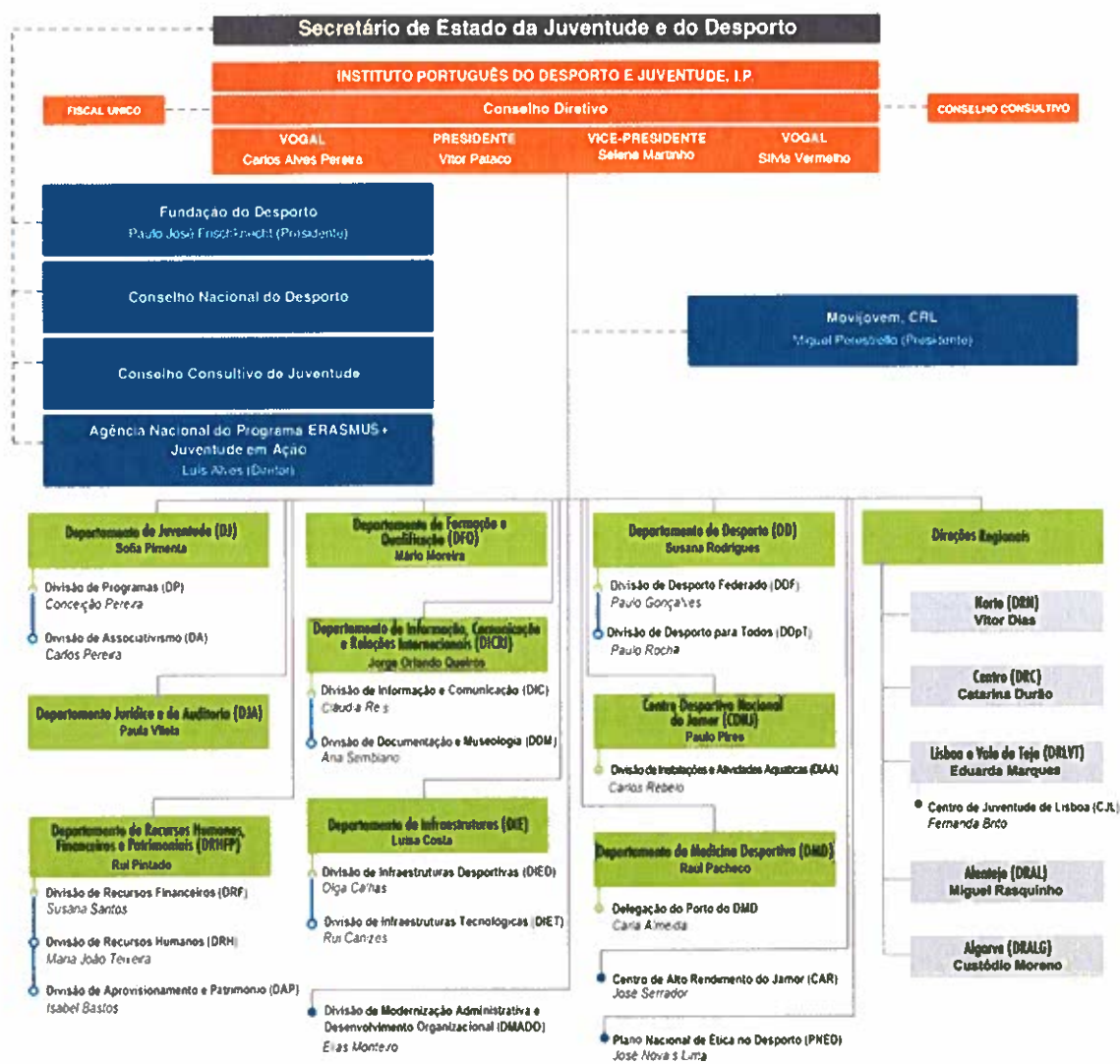
#### Descrição Sumária das Atividades

As principais atribuições do Instituto são as seguintes:

- a) Promover a formação e a qualificação dos quadros necessários ao exercício de funções específicas nas áreas do desporto e da juventude;
- b) Assegurar as relações externas, no domínio das políticas do desporto e da juventude, em particular com os países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- c) Assegurar a realização de ações de informação e sensibilização, no âmbito do desporto e da juventude;
- d) Promover e apoiar, em colaboração com instituições públicas e privadas, a realização de estudos sectoriais e intersectoriais e trabalhos de investigação sobre as áreas do desporto e da juventude;
- e) Assegurar a articulação horizontal entre o IPDJ, I. P., e os diferentes organismos da Administração Pública envolvidos na resposta aos problemas suscitados, na área do desporto e da juventude;
- f) Promover a aplicação e fiscalizar, diretamente ou indiretamente através de pessoas ou entidades qualificadas, o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos, aplicáveis no âmbito das suas atribuições, bem como emitir as autorizações e licenças que lhe estejam cometidas por lei e proceder à emissão de certidões e credenciações legalmente previstas;

- g) Gerir, administrar e conservar as infraestruturas da sua propriedade ou outras que lhe sejam afetas para a prossecução da sua atividade;
- h) Promover de uma forma extensiva, inclusiva e sistemática, junto dos jovens, o conhecimento e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente através de ações de formação;
- i) Promover, criar e desenvolver sistemas integrados de informação;
- j) Apoiar a execução de programas integrados de construção, beneficiação, ampliação e recuperação de infraestruturas, bem como pronunciar-se sobre as normas relativas a condições técnicas e de segurança, construção e licenciamento;
- k) Solicitar aos serviços e organismos integrados na Administração Pública, em particular às escolas, instituições de ensino superior e a entidades na área da saúde, a informação e a colaboração que considere necessárias;
- l) Promover a instituição de mecanismos de coordenação interministerial.

### Organograma





### Recursos Humanos

- 1 — O IPDJ, I. P., é dirigido por um Conselho Diretivo constituído por presidente, vice-presidente e dois vogais, respetivamente, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus.
- 2 — É, também, órgão do IPDJ, I. P., o fiscal único.
- 3 — É, ainda, órgão do IPDJ, I. P., o conselho consultivo do IPDJ, I. P.

No quadro seguinte discrimina-se o número médio de colaboradores, por categoria, ao serviço da IPDJ durante os exercícios de 2022 e 2021:

Cargo/Carreira/Grupo	2022	2021
Dirigente Superior de 1º grau	1	1
Dirigente Superior de 2º grau	3	3
Dirigente Intermédio de 1º grau	13	14
Dirigente Intermédio de 2º grau	15	15
Técnico Superior	181	176
Assistente Técnico	107	114
Assistente Operacional	14	17
Informático	6	6
Pessoal de Investigação Científica	0	0
Educ. Infância e Doc. Ens. Básico e Secundário	9	8
Médico	3	5
Enfermeiro	1	1
Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica	9	10
Técnico Superior de Saúde	1	1
Avenças / Tarefas	37	34/00

### 1.2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

#### a) Referencial contabilístico adotado

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal para o setor público, definidas no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro diploma este que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC-AP, e aprova igualmente a quinta alteração ao Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto -Lei n.º 36 - A/2011, de 9 de março, e pelas Leis nºs 66 -B/2012, de 31 de dezembro, e 83 -C/2013, de 31 de dezembro.

O SNC-AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, dos anexos I a III ao presente Decreto Lei, e que dele fazem parte integrante.

O SNC-AP é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

Quando o SNC -AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam -se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

A Sociedade encontra-se abrangida pelas normas e disposições do diploma que criou o SNC-AP por ser considerada uma entidade pública;

**b) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.**

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Conta						
Caixa	79 089,66		79 089,66	81 043,82		81 043,82
Depósitos à ordem						
Depósitos à ordem no Tesouro	7 815 464,09		7 815 464,09	14 695 977,39		14 695 977,39
Depósitos bancários à ordem	-277 152,50		-277 152,50	-247 368,66		-247 368,66
Depósitos a prazo	12 000 000,00		12 000 000,00	10 000 000,00		10 000 000,00
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>19 617 401,25</b>		<b>19 617 401,25</b>	<b>24 529 652,55</b>		<b>24 529 652,55</b>

c) O IPDJ tem como norma e obrigatoriedade legal dotar a conta bancária do IGCP, E.P.E. com parte significativa das suas disponibilidades.

## 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

#### **ATIVOS INTANGÍVEIS (NCP 3)**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

#### **ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCP 5)**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao período de vida útil estimado.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam investimentos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros Rendimentos ou Outros Gastos.

#### **PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCP 15)**

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### **RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 13)**

O rendimento é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rendimento proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

#### **RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 14)**

##### **SUBSÍDIOS E APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS**

Os subsídios de entidades públicas, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Património líquido e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

##### **INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCP 18)**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas ao custo ou ao custo amortizado.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### **Empréstimos**

Os empréstimos, utilizando uma das opções da NCP 18, são registados no passivo pelo custo.

### **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

### **Caixa e Depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e, depósitos no Tesouro imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente e na rubrica de Financiamentos obtidos.

## **CONTABILIDADE E RELATO ORÇAMENTAL (NCP 26)**

- a) O objetivo desta Norma é o de regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou reclassificada ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.
- b) A presente Norma aplica-se a todas as entidades sujeitas ao SNC -AP, devendo o relato consubstanciar-se nas demonstrações orçamentais que se destinam a satisfazer as necessidades de utilizadores que não estejam em posição de exigir relatórios elaborados para ir ao encontro das suas necessidades particulares de informação.

### **2.2 – Outras políticas contabilísticas de relevância.**

A Sociedade não aplica outras políticas contabilísticas de relevância.

**2.3 - Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:**

Na preparação das Demonstrações financeiras, o Conselho Diretivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

**2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte):**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

**2.5 - Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento), ou com possíveis efeitos em períodos futuros.**

A empresa no exercício económico de 2018, passou a ter como base de registo e relato financeiro e orçamental das suas operações, o normativo contabilístico SNC-AP.

**Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas Públicas (NCP), finalidades do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas**

O SNC -AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

- a) Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- b) Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- c) Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- d) Faculta informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- e) Disponibiliza informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- f) Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- g) Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Não houve alterações em estimativas contabilísticas materialmente relevantes e, não existem quaisquer erros materialmente relevantes de registar.



## ANÁLISE PATRIMONIAL E FINANCEIRA

### 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

**3.1 – Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis;**

**3.2 - Divulgações sobre ativos fixos intangíveis.**

**a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;**

Os ativos fixos intangíveis do IPDJ estão mensurados ao custo deduzido das respetivas amortizações.

(valores expressos em euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>								
Ativos intangíveis de domínio público								
Histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	7 142 920,78	-6 042 782,46		1 100 138,32	8 053 815,76	-7 336 849,54		716 966,22
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
<b>Total</b>	<b>7 142 920,78</b>	<b>-6 042 782,46</b>		<b>1 100 138,32</b>	<b>8 053 815,76</b>	<b>-7 336 849,54</b>		<b>716 966,22</b>

**b) Métodos de amortização usados;**

O método de amortização utilizado é o da amortização anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

**c) Vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;**

A amortização de um ativo intangível com vida útil definida deve começar quando o ativo estiver disponível para uso.

As taxas de amortização são calculadas de acordo com a vida útil estimada, e nomeadamente tendo em conta o Classificador Complementar 2, que substituiu a Portaria nº671/2000 de 17 Abril que aprovou o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

valores expressos em euros

Rubricas	Quantia escriturada	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Reavaliações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
	(0)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(0)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>										
Programas de computador e sistemas de informação	1 100 138,32	910 894,98					1 294 167,08			716 966,22
<b>Total</b>	<b>1 100 138,32</b>	<b>910 894,98</b>					<b>1 294 067,08</b>			<b>716 966,22</b>

Relativamente à rubrica de Ativos Intangíveis, a totalidade do valor relativo a aquisições de 2022 presentes nesta rubrica deve-se à aquisição de licenças anuais (até ao ano de 2020 contabilizadas em gastos) e upgrades/desenvolvimentos de software. Assim, e a título de exemplo, podemos destacar:

- Licenciamento do software Azure ..... 369 mil euros
- Licenciamento Microsoft 2022 ..... 310 mil euros
- Licenciamento Outsystems ..... 122 mil euros

#### 4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

##### 4.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

###### a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis do IPDJ estão mensurados ao custo e ao custo revalorizado deduzido das respetivas depreciações.

###### b) Métodos de depreciação usados

O método de depreciação utilizado é o da depreciação anual pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

###### c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil estimada e nomeadamente tendo em conta o Classificador Complementar 2

###### d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período

(valores expressos em euros)

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Outros Ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	14 180 321,79			14 180 321,79	14 180 321,79			14 180 321,79
Edifícios e outras construções	73 563 676,79	36 135 840,29		37 427 836,50	74 555 128,30	39 779 188,29		34 775 940,01
Equipamento básico	8 933 723,08	7 578 902,00		1 354 821,08	9 049 724,74	7 883 616,19		1 166 108,55
Equipamento de transporte	779 109,53	752 141,26		26 968,27	779 109,53	756 332,62		22 776,91
Equipamento administrativo	5 209 888,09	4 058 845,93		1 151 042,16	5 529 509,94	4 430 329,12		1 099 180,82
Outros ativos tangíveis	2 359 488,48	1 892 634,51		-466 853,97	2 412 671,57	1 983 238,84		-429 432,73
	<b>105 026 207,76</b>	<b>50 418 363,99</b>		<b>54 607 843,77</b>	<b>106 506 465,87</b>	<b>54 832 705,06</b>		<b>51 673 760,81</b>
Ativos fixos tangíveis em curso								
<b>Total</b>	<b>105 026 207,76</b>	<b>50 418 363,99</b>		<b>54 607 843,77</b>	<b>106 506 465,87</b>	<b>54 832 705,06</b>		<b>51 673 760,81</b>

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando:

(valores expressos em euros)

Rubricas	Quantia escriturada	Variações no período								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências Internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições líquidas de depreciações acc.	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão										
Outros Ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	14 180 321,79									14 180 321,79
Edifícios e outras construções	37 427 836,50	991 451,51					3 643 348,00			34 775 940,01
Equipamento básico	1 354 821,08	216 732,66					405 445,19			1 166 108,55
Equipamento de transporte	26 968,27						4 191,36			22 776,91
Equipamento administrativo	1 151 042,16	363 095,12					414 956,46			1 099 180,82
Outros ativos tangíveis	-466 853,97	53 457,09					90 878,33			-429 432,73
	<b>54 607 843,77</b>	<b>1 624 736,38</b>					<b>4 558 819,34</b>			<b>51 673 760,81</b>
Ativos tangíveis em curso										
<b>Total</b>	<b>54 607 843,77</b>	<b>1 624 736,38</b>					<b>4 558 819,34</b>			<b>51 673 760,81</b>

À semelhança de anos anteriores, a rubrica de "Edifícios e Outras Construções" é onde se registam as maiores aquisições do ano. A este nível destacam-se os diversos trabalhos de requalificação e melhoramentos feitos dentro do universo do CDNJ, de onde se pode destacar:

- Empreitada de melhoramento do Centro de Rugby, estacionamento nº 3 e Estádio Nacional ..... 159 mil euros
- Requalificação dos filtros do tanque de saltos do CDNJ ..... 181 mil euros
- Equipamentos para o Trilho Corta-Mato e Centro de Treino e formação de OCR ..... 86 mil euros
- Permutores e sistema de aproveitamento de águas e reparações diversas no CDNJ ..... 85 mil euros
- Reparação, fornecimento e montagem de vedação no CDNJ ..... 71 mil euros

Relativamente às restantes rubricas de Ativos Fixos Tangíveis, isto é, “Equipamento Básico”, “Equipamento Administrativo” e “Outros Ativos Fixos”, a grande maioria das aquisições relacionaram-se com a compra de equipamentos e mobiliário seja na esfera do CDNJ, Serviços Desconcentrados ou Centros de Medicina Desportiva.

**4.2 - Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.**

Em 31 de Dezembro de 2022, não existe qualquer ativo fixo tangível dado como garantia de passivos.

**4.3 - Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos**

Valores expressos em euros

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos	Diminuições	
	2022	2021
<b>Depreciações reconhecidas nos resultados</b>		
<b>Ativos fixos tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	3 643 348,00	3 544 783,18
Equipamento básico	405 445,19	374 909,35
Equipamento de transporte	4 191,36	5 351,44
Equipamento administrativo	414 956,46	422 961,63
Outros ativos tangíveis	90 878,33	67 121,50
<b>Total</b>	<b>4 558 819,34</b>	<b>4 415 217,10</b>

**5 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 13)**

**5.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.**

Ver Nota 2

**5.2 - Quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período incluindo o rendimento proveniente de**

**a) Vendas e Prestação de Serviços**

	31.12.2022	31.12.2021
<b>Vendas</b>		
Publicações e Impressos		
Outras	57	171
	<u>57</u>	<u>171</u>
<b>Prestações de serviços</b>		
Centro de Estágio da Cruz Quebrada	403 671	251 029
Centro Desportivo Nacional do Jamor	1 872 244	913 886
Centro Nacional Medicina Desportiva Lisboa	54 092	51 669
Centro Nacional Medicina Desportiva Porto	108 958	100 281
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo	8 851	7 449
Direcção Regional do Alentejo	1 750	2 007
Direcção Regional do Algarve	2 450	2 450
Direcção Regional do Centro	2 943	2 450
Direcção Regional do Norte	4 011	5 413
Museu Nacional do Desporto	224	38
Outras prestações de serviços	380 842	328 597
	<u>2 840 034</u>	<u>1 665 269</u>
<b>Impostos e Taxas</b>		
Jogos Santa Casa	59 601 910	55 028 608
Bingo	135 816	
Jogos Online	8 530 569	8 970 092
	<u>68 268 294</u>	<u>63 998 700</u>
	<u>71 108 385</u>	<u>65 664 140</u>

A rubrica Jogos Santa Casa inclui 1,99 milhões de euros relativos ao “adicional Placard”. Esse valor diz respeito ao cumprimento da Portaria nº 314/2015, de 30 de setembro, alterada pela Portaria nº 209/2022 de 23 de agosto, no nº 5 do artigo 2º, que contempla que os valores relativos a apostas em modalidades sem federação com UPD deverão ser transferidos a favor do IPDJ.

## 6 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO (NCP 14)

### SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

#### 6.1 - Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Este subsídio, destinados ao investimento (Pista de Atletismo), encontra-se a ser reconhecido em resultados, conforme Nota 2, de acordo com o período de vida útil dos ativos tangíveis respetivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2022 o montante de 61.402,32 euros.

Para além disso, existem ainda mais programas que envolvem subsídios à exploração (onde se incluem fundos comunitários) e que foram reconhecidos como rendimentos do período de acordo com os gastos incorridos num montante total de 1.420.344 Euros. Entre os mais relevantes apresenta-se:

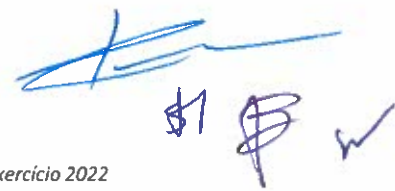
- PRR – Projeto SUAVA Bicicletas ..... 702.377 Eur
- PRR - EstágiAP XXI – 1ªEdição ..... 78.760 Eur
- Semana Europeia do Desporto .....164.000 Eur
- Atividades PPUE Desporto ..... 100.000 Eur
- Projeto Erasmus OD4SG ..... 23.130 Eur
- Programa Operacional Transfronteiriço Espanha Portugal ..... 64.549 Eur
- Projeto Eupasmos ..... 68.959 Eur
- Projeto Ano Europeu da Juventude ..... 69.097 Eur
- Projetos SAMA ..... 63.706 Eur
- School Sports Day ..... 14.000 Eur

Os 702.377 Euros relativos ao PRR – Projeto SUAVA Bicicletas, encontra-se na sua totalidade também reconhecido em gastos do exercício (Outros Gastos), conforme nota 11-d) do presente documento.

**6.2 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou.**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores reconhecidos nos resultados e no património líquido eram os seguintes:

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período de 2022			Período de 2021		
			Dem. Resultados	Balanço		Dem. Resultados	Balanço	
				Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período		Quantias reconhecidas no património líquido	Imputadas em outros rendimentos e ganhos
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Pista de Atletismo e Campo Rugby	61 402,32	61 402,32		61 402,32	61 402,32	
<b>Totais</b>			<b>61 402,32</b>	<b>61 402,32</b>		<b>61 402,32</b>	<b>61 402,32</b>	



## 7 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

No período findo em findo a 31 de dezembro de 2022, mantiveram-se as provisões constituídas à data, conforme quadro seguinte:

valores expressos em euros

Provisão	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final	
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições		
											(1)
Impostos contribuições e taxas											
Garantias a clientes											
Processos judiciais em curso	3 197 182	457 768			457 768		676 348		676 348		2 978 602
<b>Total</b>	<b>3 197 182</b>	<b>457 768</b>			<b>457 768</b>		<b>676 348</b>		<b>676 348</b>		<b>2 978 602</b>

### Processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pela Entidade e pelos seus advogados, destinando-se a provisão existente em 31 de dezembro de 2022, a fazer face em grande medida aos seguintes processos judiciais:

- Processo ABB ..... 1.752.338 Euros
- Processos junto da Autoridade Tributária ..... 158.182 Euros
- Processo TAF de Coimbra (Maria Elisabete Guerra) ..... 290.547 Euros
- Processo Tribunal Administ Lisboa (Susana Luz) ..... 158.149 Euros

## 8 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2022.

O superar da situação pandémica vivida, bem como o conflito vivido no leste europeu com repercussões a nível mundial gerando inclusive um aumento generalizado dos preços e fatores produtivos, não gera ajustamentos das Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2022 e no que respeita às divulgações as mesmas encontram-se no Relatório de Gestão.

## 9 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Políticas contabilísticas

9.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Ver Nota 2

### Categorias de ativos e passivos financeiros

9.2 - Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

Clientes/Fornecedores/Acionistas/Estado/Outros créditos a receber e a pagar/ Pessoal / Diferimentos/Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022, estas rubricas relativamente aos *ativos financeiros* apresentavam a seguinte decomposição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Ativos financeiros	2022									
	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade										
Clientes	2 788 512,39							341 569,48	2 446 942,91	
Outras contas a receber	43 630 702,03				3 629 151,35				47 259 853,38	
Diferimentos										
Casa e Depósitos bancários	24 529 652,55							4 912 251,30	19 617 401,25	
<b>Totais</b>	<b>70 948 866,97</b>				<b>3 629 151,35</b>			<b>5 253 820,75</b>	<b>69 324 197,57</b>	

O saldo da rubrica “Clientes” incorpora 1,9 milhões de euros de dívidas com mais de 24 meses e que dizem maioritariamente respeito a Federações Desportivas. Estas entidades, no âmbito da Utilidade Pública Desportiva possuem poderes públicos delegados mantendo uma relação continuada com este Instituto, viabilizando a recuperação das dívidas identificadas. As dívidas com mais de 24 meses encontram-se a ser alvo de diligências, junto das respetivas entidades, tendo em vista a sua recuperação, sendo que no decorrer do presente exercício já foram regularizados cerca de 400 mil Euros.

O saldo da rubrica “Outras Contas a Receber” no montante global de 47,2 M de Euros decompõe-se essencialmente em duas sub-rúbricas (i) Acréscimos de Rendimentos no valor de 17,627M de Euros (dos quais 13,62 M de Euros da Santa Casa da Misericórdia e 3,54M Euros dos Jogos Online e de (ii) “Outros Devedores/Credores – A Regularizar” no valor de 29,5 M euros - que resultam do conjunto de ajustamentos e regularizações provenientes, na sua generalidade, das





inconsistências e divergências relacionadas com o processo de fusão do IDP e IPJ, sobre as quais ainda não foi possível concluir definitivamente quanto à forma da sua regularização. Concretizando, e tornando-se mais objetivo o conteúdo da presente nota importa salientar que o impacto contabilístico destas regularizações ocorreu em 2015, tendo o respetivo valor ficado sedimentado desde 2016, conforme se pode visualizar no quadro seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Regularizações Caixa	71 079,00 €	71 079,00 €	71 079,00 €	71 079,00 €	71 079,00 €	71 079,00 €	71 079,00 €	71 079,00 €
Regularizações Depósitos no Tesouro								83 213,00 €
Cauções de Fornecedor	33 477,00 €	33 477,00 €	33 477,00 €	33 477,00 €	33 477,00 €	33 477,00 €	33 477,00 €	
Regularizações Imobilizado Corpóreo	29 436 942,00 €	29 436 942,00 €	29 436 942,00 €	29 436 942,00 €	29 436 942,00 €	29 436 942,00 €	29 436 942,00 €	23 124 763,00 €
<b>TOTAL DEVEDOR</b>	<b>29 541 498,00 €</b>	<b>29 541 498,00 €</b>	<b>29 541 498,00 €</b>	<b>29 541 498,00 €</b>	<b>29 541 498,00 €</b>	<b>29 541 498,00 €</b>	<b>29 541 498,00 €</b>	<b>23 279 055,00 €</b>

Em face do exposto, continua a ser convicção do Conselho Diretivo do IPDJ, I.P., (a exemplo do descrito nos Anexos às Contas de exercícios anteriores), que na presente data não se dispõem de elementos suficientemente objetivos que o habilitem a tomar uma decisão inequívoca quanto a este assunto, o qual é do conhecimento dos respetivos serviços de fiscalização da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas.

Terminando a análise dos valores constantes da rubrica de Ativos Financeiros, merece ainda registo o saldo evidenciado na rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", 79.090 Euros dizem respeito a "Caixa" sendo o restante valor de Depósitos no Tesouro e na Banca Comercial. Refira-se ainda que na conta bancária IGCP nº11518, o ano foi encerrado com cerca 122 mil euros recebidos dos clientes e processados na contabilidade, mas cuja repercussão bancária só se irá efetuar em 2023, já que estes valores foram retidos pelo easypay, no sentido de se regularizar as comissões em falta.

Refira-se igualmente, que deste saldo de Caixa apresentado existem cerca de 3.740 euros de receita numerário relativa a dezembro das diferentes UP afetas ao CDNJ ainda por depositar, tal como existe ainda um total de 719 euros de receita afeta aos Centros de Medicina Desportiva ainda por depositar (receita afeta ao remanescente da 2ª quinzena de dezembro).

Em 31 de dezembro de 2022, as rubricas relativamente aos *passivos financeiros* apresentavam a seguinte decomposição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Passivos financeiros	2022									
	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo										
Fornecedores	12 173,58				217 105,62					229 279,20
Estado	424 520,38							60 967,48		363 552,90
Outras contas a pagar	8 241 393,57				39 287,08					8 280 680,65
Diferimentos	963 952,48							210 373,04		753 579,44
<b>Totais</b>	<b>9 642 040,01</b>				<b>256 393,60</b>			<b>271 340,52</b>		<b>9 627 093,09</b>

- a) O saldo da rubrica Outras Contas a Pagar inclui 6,4M Euros correspondentes aos saldos credores da rubrica “Os Outros Devedores/Credores – A Regularizar”. Para além disso, estão aqui refletidos 1,9M Euros de Acréscimo de Gastos, nomeadamente 1,4M Euros relativos a remunerações a liquidar em 2023 e 478 mil euros relativos a Fornecimentos e Serviços Externos.
- b) O saldo da rubrica *Diferimentos* corresponde essencialmente aos rendimentos diferidos de “Subsídios” onde constam os valores relativo ao projeto da “Pista de Atletismo” (737 mil euros), e ao Ano Europeu da Juventude (17 mil euros).
- c) O saldo da rubrica Fornecedores está influenciado pelo facto das faturas só serem lançadas no sistema contabilístico no momento do pagamento
- d) O saldo da rubrica Estado inclui: 63.664 Euros relativos a IVA, 200.542 Euros relativos a contribuições sociais, e 99.348 Euros relativos a retenção de rendimentos, todos respeitantes ao mês de dezembro de 2022.

### Património Líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o património líquido do IPDJ, apresentava a seguinte decomposição:

Discriminação	31-12-2022	31-12-2021
Património/Capital	87 513 425,49	87 513 425,49
Resultados transitados	30 055 947,64	44 710 494,31
Ajustamentos em ativos financeiros	(1 716 035,35)	(1 239 435,12)
Resultado líquido do período	(4 685 292,13)	(14 581 373,02)
<b>Totais</b>	<b>111 168 045,65</b>	<b>116 403 111,66</b>

O resultado líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no valor de -14.581.373,02 euros, foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Os restantes movimentos realizados nos "Resultados Transitados" no montante de 73.174 Euros resultaram das devoluções do Saldo de Gerência de 2021.

Relativamente aos "Ajustamentos em Ativos Financeiros" a diminuição de 476.600,23 Euros no exercício de 2022 foi relativa às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas, na seguinte forma:

- Movijovem ..... - 419.160 Euros
- Fundação do Desporto ..... - 57.440 Euros

Por via desses movimentos os Fundos Próprios passaram de 116.403.111,66 Euros em 2021 para 111.168.045,65 Euros em 2022.

#### 10 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Os Interesses em Outras Entidades estão contemplados na rubrica "Investimentos Financeiros" que expressa as participações Financeiras do IPDJ na Movijovem, Fundação da Juventude e Fundação do Desporto.

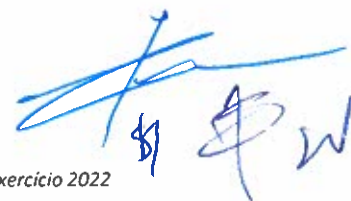
Refira-se que relativamente à Fundação da Juventude não fomos habilitados com as Contas de 2022 pelo que os valores ainda respeitam a 31/12/2021.

Em face do exposto a rubrica de Investimentos Financeiros totaliza à data de 31.12.2022 o valor global de 2.058.816,25 Euros discriminado pelas seguintes participadas:

- Movijovem ..... 1.012.293,60 Eur
- Fundação da Juventude ..... 516.206,68 Eur
- Fundação do Desporto ..... 530.315,97 Eur

No quadro seguinte evidenciamos as participações detidas, bem como, o método utilizado para a mensuração do investimento.

Entidade Participada	Participação detida		Balanço da Entidade Participada 31.12.2022		Mensuração do Investimento
	%	Valor	Capital próprio	Resultado líquido	
Movijovem	80,0%	1 012 294	1 265 367	-62 738	Método de Equival Patrimonial
Fundação da Juventude	13,5%	516 207	3 823 753	-114 545	Justo Valor (31/12/2021)
Fundação do Desporto	41,0%	531 775	1 295 688	298	Método de Equival Patrimonial
		<b>2 060 275</b>	<b>6 384 808</b>	<b>-176 985</b>	



## 11 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

(Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados).

### a) Discriminação da conta "Fornecimentos e Serviços Externos":

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2022	31-12-2021
Electricidade	1 044 693,27	796 992,01
Combustíveis	73 098,80	33 764,57
Água	373 931,42	342 171,47
Outros fluidos	985 926,32	239 907,36
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	23 569,17	79 216,19
Livros e documentação técnica	19 546,35	26 504,34
Material de escritório	29 523,19	17 848,56
Artigos para oferta e de Publicidade e Divulgaç	23 231,24	13 887,44
Materiais de Consumo	72 601,48	9 489,78
Artigos de Higiene e Limpeza	36 528,07	3 548,67
Rendas e alugueres	915 383,37	877 772,76
Subcontratos e Parcerias	368 297,74	214 637,18
Comunicação	273 805,86	374 490,22
Seguros	196 194,57	190 993,90
Transportes de mercadorias	8 249,50	6 152,24
Transportes de pessoal	6 204,16	2 435,02
Transporte Escolar	5 770,00	
Deslocações e estadas	178 413,13	84 910,55
Comissões	11 153,94	12 834,61
Honorários	610 212,35	537 040,80
Conservação e reparação	1 226 243,60	935 708,17
Publicidade, Comunicação e Imagem	274 456,29	169 365,40
Limpeza, higiene e conforto	1 264 916,58	1 048 837,12
Despesas de Representação	534,02	
Material Educação, Cultura e Recreio	6 883,50	25 635,60
Medicamentos e Artigos p/ Saúde	74 084,56	
Produtos Químicos e de Laboratórios	310 807,42	370 233,07
Vigilância e segurança	1 346 755,41	1 411 085,30
Trabalhos especializados	1 466 588,35	2 461 019,14
Contencioso e Notariado	85,00	
Licenças	37 341,69	75 274,04
Outros fornecimentos e serviços	91 756,72	265 694,88
<b>Totais</b>	<b>11 356 787,07</b>	<b>10 627 450,39</b>

Em termos gerais os FSE aumentaram 6,9% face ao ano anterior, contribuindo para essa oscilação, essencialmente as rubricas dos "Eletricidade", "Outros Fluidos - Gás" e "Conservação e Reparação".



**b) Discriminação da conta "Gastos com o Pessoal"**

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2022	31-12-2021
Remunerações dos órgãos directivos	181 187,92	183 393,83
Remunerações do pessoal	8 203 099,66	8 269 543,28
Benefícios Pós Emprego	7 629,73	6 655,35
Indemnizações	34 926,72	11 379,40
Encargos sobre remunerações	1 978 687,30	1 995 976,48
Outros custos com o pessoal	106 541,46	95 227,90
<b>Totais</b>	<b>10 512 072,79</b>	<b>10 562 176,24</b>

A rubrica "Outros Custos com o Pessoal" engloba essencialmente (96 mil euros) remunerações por doença.

**c) Discriminação da conta "Outros Rendimentos"**

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2022	31-12-2021
Rendimentos suplementares	249 371,20	276 482,11
Recuperação de Contas a Receber	62 953,08	114 812,99
Correções relativas a períodos anteriores	517 333,25	882 695,03
Subsídios para investimento	61 402,32	61 402,32
Rendimentos em entidades associadas (MEP)	121,91	1 910,76
<b>Totais</b>	<b>891 181,76</b>	<b>1 337 303,21</b>

A rubrica "Rendimentos Suplementares" diz respeito a arrendamentos de espaços e equipamentos, nomeadamente alugueres de salas e auditórios por parte das Direcções Regionais.

Os 121,91 euros contabilizados em "Rendimentos entidades associadas" pelo método de equivalência patrimonial, são relativos à participação na Fundação do Desporto.

**d) Discriminação da conta "Outros gastos":**

(valores expressos em euros)

Discriminação	31-12-2022	31-12-2021
Impostos e Taxas	18 974,06	17 219,27
Gastos em entidades controladas, associadas	50 190,40	537 582,40
Correcções relativas a períodos anteriores	527 027,49	75 448,66
Outros não especificados	714 025,36	250,57
<b>Totais</b>	<b>1 310 217,31</b>	<b>630 500,90</b>

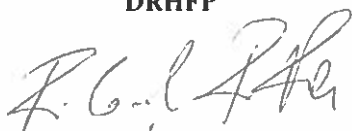
Os 50.190 euros contabilizados em “Gastos em entidades controladas e associadas” são relativos à participação na Movijovem pelo método de equivalência patrimonial.

A rubrica “Correções relativas a períodos anteriores” integra 502 mil euros de correção de estimativa efetuada por excesso em 2021 relativa aos Jogos Online.

Dos 714 mil euros contabilizados em “Outros não especificados”, 702 mil euros correspondem aos gastos incorridos com a compra de bicicletas do projeto PRR – SUAVA.

Lisboa, 30 de março de 2023

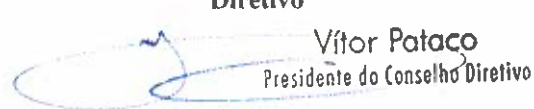
**O Diretor do  
DRHFP**



**RUI PINTADO**

**Diretor do Departamento de Recursos Humanos,  
Financeiros e Patrimoniais**

**O Conselho  
Diretivo**



**Vítor Pataco**  
Presidente do Conselho Diretivo



**Carlos Manuel Pereira**  
Vogal do Conselho Diretivo



**Selenia Mantovani**  
Vice-Presidente do Conselho Diretivo



**Silva Vermelho**  
Vogal do Conselho Diretivo